

CLUBE DE PARIS

Os governos credores pedem a seus bancos mais flexibilidade nas negociações da dívida

Em sua reunião desta semana, o Clube de Paris, que reúne os governos credores industrializados, não vai negociar com o governo brasileiro, mas fará um novo *tour d'horizon* sobre a dívida oficial do País.

Aproveitando a Assembléia Anual do FMI-Banco Mundial, em Washington, o Clube de Paris reitera sua exigência para refinanciar as dívidas oficiais: os devedores terão de passar antes pelo crivo do FMI. O recado é principalmente para o Brasil, que no começo do ano conseguiu "num primeiro momento" quebrar as regras do Clube.

Se o discurso é duro, o Clube de Paris, como representante dos governos credores, procura ser realista na prática. E os meios financeiros identificam suas duas principais preocupações no momento: primeiro, permitir mais flexibilidade aos bancos comerciais nas suas negociações com os devedores; segundo, evitar reconhecer diretamente que uma parte da dívida será um dia

abandonada, como pretendia a proposta brasileira torpedeada pelos Estados Unidos.

Entre as recomendações dos governos credores aos bancos comerciais, as quais os especialistas europeus preferem qualificar de "instruções" existe pelo menos um avanço. Quando o país devedor não puder pagar a totalidade dos juros, os bancos comerciais, a partir de agora, poderão escolher entre emprestar dinheiro novo, a prática antiga, ou fazer a capitalização dos juros.

Os dois métodos são parecidos. A capitalização também aumenta a dívida, pois os juros não pagos são incorporados ao principal. Isso pode ser interpretado também como uma forma de obtenção de "dinheiro novo", como defendia Funaro. Para os bancos, essa inovação pode evitar decisões unilaterais como a do Brasil, de suspender o pagamento dos juros.

Enquanto bancos alemães e suíços pre-

conizavam há algum tempo a capitalização dos juros, partia dos americanos a maior resistência à proposta, pois a regulamentação bancária dos EUA os obriga a desclassificar a dívida negociada nos seus balanços. Agora, a "instrução" representa uma mudança, que poderá concretizar-se em alterações na legislação.

Se os governos credores não se opõem a um acordo Brasil-bancos sem o FMI como teria afirmado o ministro Bresser Pereira em Washington, as dívidas oficiais só seriam refinanciadas com um precedente aval do FMI. E verdade que o Brasil passou por cima dessa exigência, com apoio dos EUA, no início do ano, mas até agora os acordos bilaterais não se concretizaram na prática. Fontes do Clube de Paris explicam que existem divergências sobre as taxas de juros defendidas pelo Brasil e os governos industrializados credores.

Assis Moreira, de Genebra.

Nossos economistas ainda estão desconfiados

Os negociadores brasileiros devem interpretar com cautela as palavras do secretário do Tesouro norte-americano, James A. Baker, que sinalizam um apoio dos Estados Unidos à estratégia de negociação da dívida externa defendida pelo Brasil. É o que pensam os economistas Edmar Bacha, da PUC do Rio de Janeiro; Carlos Alberto Primo Braga, da USP; e Paulo Nogueira Batista Júnior, chefe do Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional da Fundação Getúlio Vargas, do Rio. Todos vêem aspectos positivos para o Brasil nas palavras de Baker, mas acham que é necessário esperar para que a retórica do discurso se transforme efetivamente em ações.

Paulo Nogueira Batista Júnior, que integrou o governo quando foi adotada a moratória, destacou como mais importante o apoio formal dos Estados Unidos ao aumento de capital do Banco Mundial (Bird). "Desde 1983-85, o Banco Mundial tem represen-

tado, para o Brasil, a única fonte de empréstimos novos, já que o País ficou sem acesso ao mercado financeiro internacional. Se o banco aumenta sua base de capital próprio, o Brasil poderá contar com fluxos maiores e isto é particularmente importante porque nós temos amortizações de juros e do principal, correspondente a empréstimos, que devem ser pagas ao Banco Mundial. É importante que os fluxos novos cubram estes valores", explicou.

Bacha concorda com Batista Júnior mas acha que os recursos de que o Banco Mundial venha a dispor serão insuficientes para resolver o problema da dívida. A América Latina, segundo ele, precisa de uma injeção de US\$ 20 a US\$ 25 bilhões em cada um dos próximos três anos, sem o que não conseguirá recuperar sua capacidade de crescimento econômico. As palavras, diz Bacha, são bem-vindas, mas "Baker deixou de falar no mais importante que é a definição de regras

de transferência de recursos dos países credores para os endividados".

Outra questão levantada por Bacha diz respeito ao fracasso do Plano Baker. "O fato de o secretário do Tesouro norte-americano não ter referido, em seu discurso, os mecanismos capazes de garantir os recursos que os países endividados precisam, está relacionado com o plano idealizado por ele e não cumprido pelos bancos comerciais, embora a meta tenha sido modesta."

Já o economista Primo Braga, professor de Teoria Monetária do Comércio Internacional na Faculdade de Economia da USP, acha que o discurso do secretário norte-americano representa uma retomada do Plano Baker. A iniciativa — diz — não deixa de ser positiva, mas deixa uma incógnita sobre a qual o Brasil deve refletir: "Até que ponto os Estados Unidos e os países ricos terão a vontade política de implementar o Plano Baker em sua nova versão?"

Reações da América Latina à proposta do secretário Baker

Os representantes dos países latino-americanos presentes à 42ª Reunião Anual do FMI-Bird reagiram conforme suas realidades nacionais ao discurso de ontem do secretário do Tesouro norte-americano James A. Baker III. Segundo um porta-voz do ministro da Economia do Chile, Hernán Buchi — cujo país segue a política monetária do FMI —, "a proposta de Baker é tão realista que o Chile já pratica muitas de suas recomendações".

Os banqueiros argentinos, reunidos sob a sigla Adeba, ofereceram ontem uma recepção em um hotel de Washington. Os comentários ouvidos sobre o discurso de Baker foram cautelosos, quase descrentes.

No entanto, o representante da Argentina no FMI, Ernesto Feldman, qualificou de "alentadores" alguns aspectos do discurso do secretário do Tesouro norte-americano. E assinalou: as ampliações de possibilidades propostas por Baker para facilitar as negociações com os bancos coincidem com as propostas apresentadas pelo ministro ar-

gentino de Economia, Juan Sourrouille, durante as discussões do comitê interino, órgão diretor das políticas do Fundo.

O melhor

Os delegados latino-americanos deram grande importância à proposta de Baker de flexibilizar os programas do Fundo Monetário Internacional — em particular a de estender a seis meses, em vez de três, as avaliações destinadas a comprovar o cumprimento das metas estabelecidas em conjunto com o FMI. E também receberam positivamente o anúncio de que o ex-presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, Paul Volcker, foi designado assessor especial do Banco Mundial para o problema da dívida, um cargo que até agora não existia.

"A notícia é duplamente boa. Primeiro, pela personalidade de Volcker, que é talvez a pessoa que melhor compreende o problema da dívida externa da América Latina. Segundo porque reflete a vontade do Banco Mundial de ter um papel mais importante nesse problema", disse Felix Alberto Cama-

rasa, diretor-executivo do Banco Mundial e representante para vários países do Cone Sul.

A delegação brasileira teve um papel de destaque na reunião do FMI-Bird, e, segundo analistas internacionais, foi a que formulou as propostas mais consistentes em nome da América Latina e dos países devedores.

Os mais discretos

O ministro Bresser Pereira manteve consultas com seus colegas do Continente, em especial com o ministro da Economia da Argentina, Juan Sourrouille, e com o secretário da Fazenda e Crédito Público do México, Gustavo Petricoli. Sourrouille, como de costume, falou o menos que pôde com os jornalistas, restringindo suas declarações à imprensa argentina. E Petricoli, que também se encontrou somente com os jornalistas mexicanos, preferiu manter uma certa discrição. Ontem, seu país obteve um empréstimo de US\$ 100 milhões do Banco Mundial.